

A HISTÓRIA LOCAL E O ECOSISTEMA COSTEIRO: ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA AMBIENTAL A PARTIR DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

TIAGO FONSECA DOS SANTOS*

RESUMO

O presente texto tem por objetivo discutir elementos da história ambiental com foco nas questões socioambientais e no processo de industrialização no município do Rio Grande/RS. Assim, pretende-se destacar a importância da história ambiental e seu enquadramento à emergência da categoria meio ambiente, para se compreender possíveis desdobramentos à produção historiográfica local. Para tanto, percorre-se o caminho da pesquisa bibliográfica em obras de referência no campo da história local, do ecossistema costeiro e da própria história ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço. Ecossistema costeiro. História ambiental.

ABSTRACT

This paper discusses the elements of environmental history with a focus on environmental issues and the process of industrialization in the city of Rio Grande, State of Rio Grande do Sul, Brazil. Thus, the study aims to highlight the importance of environmental history and its fitting to the emergence of environment as a category to understand other possible developments of the local historiographical production. Therefore, the literature in reference works in the field of local history, coastal ecosystem and environmental history is covered.

KEYWORDS: Space. Coastal ecosystem. Environmental History.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG; e-mail: tiago_fsantos@yahoo.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em cada momento, a unidade do mundo produz a diversidade dos lugares.

Milton Santos (2006, p. 103)

Ao longo das últimas décadas pode-se perceber a irrupção de novas definições de meio ambiente, bem como a *ambientalização* dos diferentes campos disciplinares. A emergência dessa categoria como centralidade na construção do conhecimento remonta às lutas socioambientais da década de 1970 e vem ressignificando a construção do conhecimento e a própria epistemologia.

Em um esforço revisionista (WORSTER, 1991), ou ainda, em uma possibilidade de emergência de um *saber ambiental* que permita reintegrar as partes de uma totalidade complexa, a história ambiental constitui-se como uma nova perspectiva historiográfica, buscando superar o abandono da dimensão ambiental pelo pensamento hegemônico que imprimiu a supremacia das “ações humanas” no tempo (LEFF, 2005).

Em uma reflexão que expressa o movimento dialético da relação entre a esfera local e a global, sua constituição e determinações recursivas, o pensamento de Milton Santos citado na epígrafe é estruturante das proposições do presente texto. A partir da compreensão acerca da *natureza do espaço*, busca-se visualizar se a dimensão *ambiental* da disciplina história ambiental é substantiva; e, em caso afirmativo, se é constitutiva ou meramente adjetiva nas narrativas por ela construídas.

Para tanto, busca-se articular elementos da história local com enfoque no processo de industrialização a elementos físicos e biológicos do ecossistema costeiro, com o intuito de elencar possibilidades de trabalho no campo da história ambiental. A análise da ocupação do território e do ordenamento espacial conta com base na tese *A produção do espaço em uma cidade portuária através dos períodos de industrialização: o caso do município do Rio Grande/RS*, de Solismar Fraga Martins; a fundamentação em relação à constituição do meio natural no ecossistema costeiro busca apoio no conhecido *Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no Extremo Sul do Brasil*, de Ulrich Seeliger, César Cordazzo e Lauro Barcellos, e *O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações*, de Ulrich Seeliger e Clarisse Odebrecht (editores). Em relação ao campo da história ambiental, buscam-se subsídios em obras basilares, como *Para fazer história ambiental*, de Donald

Worster (1991), *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*, de José Augusto Drummond (1991), e *Construindo a história ambiental da América Latina*, de Enrique Leff (2005).

Portanto, perscrutam-se desdobramentos dos diferentes campos teóricos e elementos analíticos da história ambiental para se pensar o *lugar*. A história e a conjuntura contemporânea do município do Rio Grande possibilitam proficuas investigações a respeito do ordenamento territorial e das relações entre cultura e natureza, entre o ser humano e o meio natural. Nesse sentido, elencam-se sucintamente exemplos a partir da dinâmica espaço-temporal do município em consonância com as prerrogativas teóricas indicadas por Worster e Drummond, o que permite aos historiadores (e demais pesquisadores) visualizar quão fecundas são as proposições da história ambiental e sua aplicabilidade para se pensar as transformações operadas no ecossistema costeiro.

A DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DA PENÍNSULA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

O município do Rio Grande tem uma história bastante peculiar. O processo de industrialização do município¹, em função dos ciclos de crescimento econômico, configura o ordenamento territorial e o arranjo dos equipamentos urbanos, em nada aquém das outras cidades modernas; a cidade do Rio Grande, portanto, desponta no cenário econômico local, regional e nacional, por meio do complexo industrial e portuário.

Ao longo dos últimos anos, o novo ciclo de crescimento econômico, com a instalação do Polo Naval, anuncia novas e profundas transformações de ordem territorial e social. Em algumas manchetes publicadas na capa do periódico local, o jornal *Agora*, pode-se visualizar parte das repercussões deste novo ciclo. As reportagens são bastante pertinentes para se pensar as transformações econômicas, ambientais e sociais que já estão ocorrendo, como se pode acompanhar neste período. Mais uma vez, o município do Rio Grande se insere no cenário global com um lugar de destaque.

O crescimento econômico, a ampliação da população e, conseqüentemente, da área ocupada para abrigar todos os equipamentos urbanos e as transformações espaciais para abrigar

¹ Segmento do texto produzido com base na tese de Solismar Fraga Martins, *A produção do espaço em uma cidade portuária através dos períodos de industrialização: o caso do município de Rio Grande/RS* (2004).

instalações industriais de tamanha estrutura, podem se constituir em um interessante tema gerador para o trabalho com a questão ambiental em Rio Grande. Além do crescimento econômico e nuances de crescimento da cidade, ocorre o aumento da pressão socioambiental sobre o ecossistema, e, ao buscar exemplos históricos, pode-se constatar que processos semelhantes, ainda que em menor grau de complexidade, já ocorreram no município, gerando profundas transformações na estrutura local.

Uma visão panorâmica sobre a questão da produção do espaço na península remonta ao final do século XIX, momento da instalação da conhecida fábrica Rheingantz (1873-1960), marco fundamental da inserção da cidade no cenário econômico internacional moderno; nesse período, a cidade do Rio Grande passou por um *boom* econômico e social, que culminou na sua expansão territorial e crescimento na população e, ainda, da formação de uma planta industrial amplamente desenvolvida em relação às demais cidades gaúchas e brasileiras.

Desse modo, o desenvolvimento da mancha urbana da cidade permite pensar nos processos históricos que constituem o ambiente do ecossistema costeiro. Para tanto, três exemplos históricos com os quais permitem estabelecer um diálogo entre a conjuntura contemporânea e a história local, sendo o primeiro deles no final do século XIX com a instalação da Rheingantz; o segundo, já no século XX, durante as décadas de 1930 e 1940, e o terceiro, em 1970, quando o município teve um novo e complexo ciclo econômico².

Os ciclos econômicos foram – e continuam sendo – determinantes para a formação do espaço no município; ao longo desse processo, a estrutura urbana transformou-se, ressaltando a saída do setor público em parceria com o setor privado na ocupação do espaço, para a emergência e consolidação do setor privado como o indutor dessa ocupação.

Deve-se considerar que esses processos de transformação que ocorrem em cenário local são frutos da ação de agentes

² A consolidação do processo de industrialização determinou o ordenamento espacial e operou transformações substanciais no ecossistema costeiro. De acordo com Seeliger e Costa, "ao longo de muitos séculos, as mudanças climáticas e o nível do mar foram os fatores forçantes para morfologia, hidrologia e comunidades biológicas do estuário da Lagoa dos Patos. Desde o início do século XX, impulsionadas por necessidades socioeconômicas, atividades antrópicas, como obras na desembocadura e nas margens, dragagens permanentes e pesca excessiva assumiram uma importância desproporcional sobre os aspectos estruturais e funcionais do sistema lagunar e estuarino" (2010, p. 147).

econômicos locais, bem como estão inseridos nos arranjos econômicos internacionais. Assim, com o processo de industrialização, o município está inserido em um processo global de transformações sociais e econômicas que marcaram a transição dos meios de produção ao longo do século XX. Essas transformações, em âmbito local, são fundamentais para a determinação do crescimento da cidade e sua organização, bem como a sua consolidação como uma grande cidade no cenário econômico brasileiro na primeira metade do século XX. Entre os vários fatores para esse desenvolvimento, pode-se apontar a localização geográfica de Rio Grande, o que lhe permite uma estrutura portuária particular e estratégica, além das facilidades econômicas concedidas pelos governos locais, da fragilidade das instituições e da economia frente ao sistema produtivo transnacional.

Uma empresa que teve destaque e que é parte da memória da cidade é a Rheingantz. A partir de 1873, até 1960, ganhou grande expressão no cenário econômico regional e nacional, produzindo têxteis para o mercado interno e externo. Formou um grande complexo, contando com filiais, uma vila operária, uma escola e uma sede social. Estabeleceu-se de tal forma a fazer parte do cotidiano das pessoas e da cidade como um todo, delimitando sua organização espacial e temporal, bem como sendo a base da economia local.

Além da Rheingantz, empresas de médio e grande porte exerciam atividades no município durante esse período. A fábrica de charutos Aliança, moagem Cunha Amaral, a fábrica de *biscuitos* Leal Santos, fábrica de charutos Poock, a Companhia de Fiação e Tecelagem Ítalo-Brasileira, o frigorífico Swift, entre outras, apresentavam uma diversificada linha de produtos, sendo eles gêneros alimentícios, que iam desde verduras até carnes congeladas e em conserva; têxteis, charutos, chapéus, calçados, óleos vegetais, cordas e construção naval. Somando-se a isso, a atividade portuária crescia em importância econômica desde as primeiras décadas do século XX, sendo o porto até hoje um dos mais expressivos do país. Esse ciclo de crescimento econômico foi estruturante para a expansão territorial e urbana do município, imprimindo-lhe uma nova configuração e vultosas transformações em suas proporções.

Na transição do século XIX para o XX, a cidade se projeta “além muralhas”, amplia seu equipamento urbano – abrangendo a rede de comunicações e os transportes – e tem uma grande explosão demográfica. Se, em meados de 1890, a cidade tem cerca de 20.000 habitantes, em 1920 já conta aproximadamente 50.500 habitantes. Além da expansão industrial e urbana, as obras no porto novo vão contribuir para a nova estrutura urbana rio-grandina. Com a

construção das instalações do porto e dos molhes da barra, a cidade vai ter um novo arranjo urbano com os aterramentos das áreas de marismas³ adjacentes ao centro histórico, aumentando ainda mais a sua área urbana e o parque industrial, ampliando sua extensão para leste. Com isso, o porto vai delimitar a organização do espaço e a orientação econômica da cidade, onde cada vez mais vai consolidar as características da cidade do Rio Grande do século XX e XXI.

Quando se trabalha com a história do município, principalmente em relação ao processo de industrialização, percebe-se o quanto este foi incisivo na ocupação do ambiente e na formação do meio urbano. Nesse processo, percebe-se a expansão da cidade e a consolidação da vida das pessoas no meio urbano; também como esse “fenômeno” determinou a organização da cidade, influenciando a política, a economia e a sociedade em geral. O aterramento das marismas da região estuarina a leste e a terraplenagem dos cômodos na região a oeste do centro histórico vão se tornar o grande alicerce da expansão territorial urbana e do parque industrial do município, os quais irão imprimir profundas transformações ambientais no espaço natural.

Por questões geográficas, considera-se esse processo de expansão em duas direções, em momentos históricos subsequentes e bastante peculiares. Na primeira delas, considera-se o crescimento da cidade na primeira metade do século XX, momento em que ocorre a expansão portuária e as construções a leste da região do centro histórico; ou seja, com a urbanização dessa região, que hoje abriga o Porto Novo, temos a expansão urbana e industrial da cidade, principalmente através dos aterramentos das marismas da região estuarina do Canal do Norte. Já na outra perspectiva, a segunda, a expansão urbana deu-se para o oeste e sobrepôs a região formada por dunas ao longo da península, notadamente com a instalação dos bairros Cidade Nova, Hidráulica e adjacências, a partir do desenvolvimento induzido pela Rheingantz.

Durante as décadas de 30 e 40 do século XX, as indústrias de

³ Segundo Costa e Marangoni, as marismas são “sistemas de produção entremarés, recobertos por vegetação herbácea que subsidiam os estuários e águas costeiras, pela alta capacidade de fixar carbono de suas espécies vegetais e pela exortação de parte significativa desta matéria orgânica, na forma de detrito, para águas adjacentes pelas marés e correntes [...] A importância estrutural das marismas vai além do oferecimento de habitats; elas são importantes agentes geomorfológicos formadores da costa, atuando como barreiras flexíveis contra os avanços do mar. Além disso, favorecem a deposição e a fixação de sedimentos, reduzindo a hidrodinâmica sobre a costa, logo a erosão costeira” (2010, p. 125).

Rio Grande, produtoras principalmente de bens não-duráveis, tiveram forte crescimento, comercializando com o centro do país e com os países europeus; as exportações cresceram muito durante a II Guerra Mundial. Logo após o término da guerra, os países envolvidos nos conflitos retomaram as atividades industriais e diminuíram as importações do Brasil e, logicamente, do município. Além disso, nesse período, São Paulo passa a despontar no setor industrial, sendo um forte concorrente às empresas locais. Além da sua posição geográfica, o estado paulista contava com empresas de maior tecnologia, o que lhe garantia vantagens competitivas.

Já nos anos de 1950 e 60, Rio Grande passa a sofrer uma grande crise, e as tradicionais empresas vão começar a falir, devido a sua inadequação tecnológica e à concorrência de outras regiões. Com o crescimento econômico dos anos anteriores, a cidade se expandiu, muitas pessoas aqui se instalaram, o que exigia uma infraestrutura e uma política imobiliária consistente. Assim, o crescimento da cidade altera-se muito em relação às características dos anos anteriores, passando a se dar de forma desordenada. Na expansão para oeste, a política adotada para a ocupação do espaço foi a dos “loteamentos”, criando-se os quarteirões com os terrenos e a infraestrutura básica para serem feitas as residências. Além disso, as políticas habitacionais do governo criaram inúmeros bairros com casas populares e condomínios.

Assim com a desaceleração da economia nessas décadas, a ocupação do espaço ficou bastante distante do planejamento. A ocupação irregular de muitos espaços caracterizou a formação das vilas, regiões ocupadas com deficiente ou nenhuma infraestrutura, como água, energia elétrica, saneamento básico, calçamento etc. Com essa crise, logo no início da década de 1960, o número de empregos despencou. Além disso, inúmeras pessoas – atraídas pela época da pujança econômica do período anterior – continuavam vindo para a cidade em busca de novas oportunidades. Todos esses fatores levam à ampliação das áreas ocupadas; as vilas se consolidam como ocupação do espaço, fortalecendo a ocupação desordenada do espaço e o aumento da pressão sobre o ecossistema na região. Este processo, em meados da década de 1980, é refreado pela ascensão do setor da indústria pesqueira, que garantiria novas possibilidades de emprego e o aquecimento da economia do município.

O ECOSISTEMA COSTEIRO E A HISTÓRIA AMBIENTAL

Na obra *Areias do Albardão: Um guia ecológico ilustrado do litoral no Extremo Sul do Brasil*, de Seeliger et al., pode-se encontrar uma clara e elucidativa explicação sobre as características do ecossistema litorâneo da região Sul do país. Em linhas gerais, trata-se de uma explicação detalhada a respeito da formação geológica da região, a praia e as dunas como um sistema, os molhes e o estuário da Laguna dos Patos, com detalhamento da grande variedade de fauna e flora encontrada nesses ambientes.

[...] atrás das praias desertas e dos vastos campos de dunas esconde-se o maior complexo lagunar do mundo, formado pelas lagoas dos Patos e Mirim. A água da chuva de cinco bacias hidrográficas de parte do Rio Grande do Sul e do Uruguai é conduzida pelos rios até essas duas lagoas. Toda essa água chega ao Oceano Atlântico através de uma estreita barra, no extremo sul da Lagoa dos Patos, onde a água doce da lagoa e a água salgada do mar se misturam, conformando assim uma região estuarina de águas salobras. O estuário da Lagoa dos Patos tem uma importância ecológica fundamental para o desenvolvimento de muitas espécies marinhas que visitam temporariamente os diferentes ambientes estuarinos (SEELIGER et al., 2004, p. 12).

Nesse sentido, é fundamental compreender esse nicho do ecossistema enquanto uma zona de transição, analisando a interação entre o mar e a costa e a importância das dunas na constituição do mesmo. Ainda segundo os autores,

[...] são considerados um valioso bem natural com importantes atributos ecológicos. A areia das praias e das dunas age como uma barreira flexível que protege a costa contra a violenta erosão causada pelas ondas e ventos de tempestades. O ambiente de praias e dunas destaca-se pela elevada biodiversidade, composta por mais de trezentas diferentes espécies de animais e plantas, algumas raras e até sob perigo de extinção (idem).

Além disso, devemos considerar a sua relação com a dinâmica dos ventos e oscilação entre a maré baixa e a maré alta, percebendo a praia e as dunas como uma região de transição entre o mar e o continente, região esta que abriga inúmeras espécies – plantas, insetos, aves e mamíferos. Já em relação ao mar, devemos destacar a zona de arrebentação, habitada por algas, microalgas, peixes e mamíferos marinhos, e a zona de varrido, região onde

podemos encontrar moluscos, crustáceos, pequenos peixes e as aves atraídas por esses organismos.

O estuário da Laguna dos Patos, portanto, constitui um complexo ecossistema, com grande variedade de espécies, permitindo importantes reflexões sobre as dinâmicas das diferentes espécies. Segundo os autores,

[...] os ventos de nordeste favorecem a descarga da água doce para fora do estuário, enquanto os ventos do quadrante sul empurram a água do mar para dentro do estuário [...] A maioria das funções ecológicas do estuário depende justamente dessas trocas de água. A água doce que desce da lagoa traz os nutrientes que fertilizam o estuário e criam as condições favoráveis para o desenvolvimento de plantas e animais (SEELIGER et al., 2004, p. 70).

Nessas áreas de interação de água doce e salgada, o desenvolvimento de uma vegetação bastante peculiar constitui um espaço de abrigo para inúmeras espécies; os principais berçários são as imensas enseadas que se estendem desde 1,5m de profundidade até as margens e, além disso, a reunião de inúmeros fatores naturais, como águas rasas e com temperaturas mais altas, a luz solar e o grande número de nutrientes propiciam o desenvolvimento de muitas espécies como microalgas e macroalgas e de plantas submersas e emersas. Além disso, nas regiões mais altas e por isso não alagadas, podemos encontrar diversas espécies vegetais, uma variada fauna de insetos, pássaros e outros animais (SEELIGER et al., 2004).

A partir da indicação de elementos da história local e da constituição do ecossistema costeiro em suas características físicas, pode-se passar à discussão da história ambiental, com base nas proposições de Worster (1991), Drummond (1991) e Leff (2005). Esse emergente campo do conhecimento delimita-se pela compreensão do meio ambiente de forma complexa, a partir de uma intersecção entre o meio natural e o meio social, tendo em vista a superação da dicotomia entre o ser humano e a natureza, entre a natureza e a cultura, a partir de uma aproximação entre os saberes das ciências naturais e das ciências sociais e humanas. Assim, a compreensão do meio ambiente enquanto matriz – intersecção do meio natural e social – delimita a definição do meio de forma complexa, apreendendo o ser humano e o meio natural, ambos entendidos como natureza, impulsionados pela força motriz das relações sociais, que são estruturantes das dinâmicas socioambientais.

Analisando a descrição do ecossistema costeiro tal como elencada nos parágrafos anteriores, poder-se-ia dizer que a mesma se aproxima do primeiro nível da História Ambiental conforme indicado por Worster. Segundo o autor, este primeiro nível se caracteriza pela busca do “entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza” (1991, p. 202). Essa perspectiva de análise é também indicada por Drummond como a primeira das características metodológicas da história ambiental. Segundo o autor, focaliza “*uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural*: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral...” (1991, p. 181 – grifo do autor). Por ser *Areias do Albardão* um guia básico de caráter descritivo, o meio natural é analisado à parte da ação humana no tempo e no espaço, pautando-se por uma apropriação de tipo ideal do ecossistema, uma vez que não demarca as relações sociais e a pressão antrópica determinada pela *apropriação assimétrica*⁴ dos bens naturais⁵.

Por outro lado, em outras obras e, em especial, em *O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações*, Clarisse Odebrecht e Ulrich Seeliger, entre outros pesquisadores, procuram elencar os desdobramentos das atividades econômicas, indicando aspectos da complexificação das taxas de exploração dos bens naturais na região. Os saberes das ciências naturais, juntamente com a já citada tese (MARTINS, 2004) e as proposições dos autores nessa segunda obra, poderiam aproximar-se ao segundo nível da

⁴ Esta discussão se aproxima da terceira característica da história ambiental citada por Drummond. Segundo o autor, este traço se destinaria a investigar “*as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas [...] Afinal, os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados. Não existem recursos naturais per se*” (DRUMMOND, 1991, p. 181-182 – grifo do autor).

⁵ Adota-se esta expressão na tentativa de contornar a ideia utilitarista impregnada pela razão instrumental em “recursos naturais”. Segundo Seoane e Taddei, a “*ideia de ‘recursos naturais’ remite a una cosmovisión, propia de la sociedad capitalista, donde hombre y naturaleza aparecen ‘naturalmente’ disociados. Esta separación, que nada tiene de natural sino que es una construcción histórica propia del desarrollo del capitalismo, constituye uno de los principios fundantes de la llamada modernidad capitalista: la separación ontológica entre sujeto y objeto, entre hombre y naturaleza. A partir de la ‘naturalización’ histórica de esta separación, el discurso económico liberal legitimó hasta nuestros días la idea de naturaleza como una ‘exterioridad’ al hombre, como algo pasible de ser apropiado en pos del ‘desarrollo’ productivo del capital, sin reparar en las consecuencias que esta práctica pueda tener sobre las condiciones de vida de la especie humana*” (2010, p. 77-78).

história ambiental citado por Worster, uma vez que “introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente” (1991, p. 202). Este diálogo de saberes das ciências naturais e das ciências humanas e sociais, como anteriormente indicado, possibilita a apreensão complexa da categoria meio ambiente; essa perspectiva é também mencionada por Drummond, que a considera enquanto a segunda característica da história ambiental, onde se dá “o diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais – inclusive as aplicadas – pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas” (1991, p. 181 – grifo do autor).

Nessa mesma direção, segundo Worster, esse diálogo de saberes propicia um novo olhar e caracteriza esses conjuntos de fontes, com enfoque no meio natural e na ação antrópica. Segundo o autor, o *corpus*

inclui dados sobre marés e ventos, correntes oceânicas, posição dos continentes em relação uns aos outros, forças geológicas e hidrológicas que criaram as nossas bases terrestres e aquáticas. [...] Essas influências têm sido poderosas ao longo do curso da história, e continuam a sê-lo, como quando os grandes terremotos destroem cidades inteiras, ou as grandes fomes se seguem às secas, ou os rios determinam o fluxo de ocupação de um território (1991, p. 201).

Portanto, ainda que em uma breve reflexão de caráter histórico em relação à industrialização e à delimitação das características do ordenamento territorial do município do Rio Grande, pode-se inferir que os processos de crescimento econômico determinam a configuração do meio ambiente, transformando substancialmente os ecossistemas costeiros, bem como imprimem configurações exógenas à paisagem local⁶.

Na esteira das reflexões propostas pela história ambiental, a investigação das fontes e das referências em âmbito local permite a aproximação com a outra dimensão apontada por Worster. Em relação ao terceiro nível, o autor indica que se busca investigar o “tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do

⁶ Ainda nessa direção, o autor indica que os historiadores “precisam entender o funcionamento dos ecossistemas para avaliar com correção o papel das sociedades humanas dentro deles, os limites da ação humana e a potencialidade de superação cultural desses limites” (DRUMMOND, 1991, p. 181).

diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (1991, p. 202). A limitação do número de páginas do presente texto não permite um debate historiográfico e uma análise mais aprofundada das fontes abaixo elencadas⁷; contudo, ainda que a título de exemplo, demonstra-se o largo horizonte de possibilidades com o trabalho com as “mentalidades”, com este terceiro nível. Em relação a essa tipologia do *corpus*, tanto Worster e Drummond, quanto Leff indicam possibilidades de investigação para a história ambiental.

Em viagem à província, o engenheiro Francisco João Roscio descreveu a paisagem no *Compendio noticiozo do continente do Rio Grande de São Pedro*, produzido em Lisboa em 21 de junho de 1781: “alcancey nas jornadas que fez ao ditto Continente, nos annos de 1774 e 1775”. Segundo Roscio, o ambiente local se configurava por uma relação entre a dinâmica hídrica, os ventos e o solo característico. Em relação à barra, informa que

em todo este rabo de terra, que borda a barra do Rio Grande, se esgota para a mesma embocadura, ou Rio Grande, por ser mais levantado o terreno nas bordaduras do Mar com altos combros de areia; esté hua grande Lagoa da sua extençaõ hé franca apasagem por toda aparte, exsepto alguns lugares baixos, e alagadisos, e algumas Lagoinhas que vão marcadas. Desta distancia em diante não hé sempre franca apasagem para a Costa do Mar, sendo embarasada já com Lagoas, já com hum terreno baixo, alagadiso, e pantanozo por detras dos combros de areia, que bordam a Costa. Estes combros com suas vargens ocupaõ em partes hum quarto de Legoa, e em partes meia Legoa de Largura, mais, ou menos, por todo o comprimento (ROSCIO, 1781).

No referido compêndio, Roscio descreve a região estuarina analisando os elementos naturais com enfoque na dinâmica das dunas e dos ventos, bem como a relação entre os corpos de água doce e salgada, investigando as causas do difícil acesso náutico à barra⁸. O registro permite inferir a composição do recém-formada ocupação da península, pela indicação das regiões de marisma (“alguns lugares baixos, e alagadisos”), pela descrição das dunas existentes na região (“por ser mais levantado o terreno nas

⁷ A definição do terceiro nível em Worster tem proximidade com as proposições de Leff a respeito da “Hermenêutica das visões de natureza e recuperação de relatos de destruição ecológica” (Cf. LEFF, 2005, p. 17ss).

⁸ “A Barra do Rio Grande de S. Pedro, onde termina este terreno, não hé Barra certa, e fixa; mas tem seu movim.to com acorrenteza das agoas, eventos que alteraõ como decurso do tempo” (ROSCIO, 1781).

bordaduras do Mar com altos combros de areia”) e pela baixa profundidade da região da laguna. A relação dessa descrição com o olhar analítico-funcional dos pesquisadores oceanólogos⁹, conforme citado na página anterior, permite uma interessante reflexão acerca da relação sócio-histórica que os indivíduos tecem no tempo e no espaço com o meio natural, a partir das práticas culturais socialmente construídas em uma determinada época.

Anos mais tarde, o mineralogista alemão Guilherme von Feldner, em viagem pelo sudoeste atlântico, ao aproximar-se da costa do atual Rio Grande do Sul em 4 de agosto de 1810, escreveu: “a mais triste praia arenosa borda o mar e o olho do navegante procura inutilmente uma perspectiva em que descansando se possa recrear. Sem querer, sua vista se eleva ao céu e exclama: Deus! Que mísero deserto de areias” (apud SEELIGER et al., 2004, p. 12).

Também Auguste de Saint-Hilaire, em viagem entre os anos de 1820 e 1821, na passagem pela província do Rio Grande de São Pedro¹⁰ registrava suas impressões:

Na extremidade oriental da península as margens da Mangueira e do rio constituem-se em terrenos pantanosos e banhados pela água do mar. Por toda parte vê-se areia amontoada, esbranquiçada, e de extrema finura, onde não vegeta outra coisa além de pés esparsos dum *Senecio* [...] Dessa praça avistam-se as ilhas dos Cavalos e dos Marinheiros, e de nordeste vê-se o Norte distante e as embarcações ancoradas em frente à aldeia. Essa vista é todavia pouco agradável não oferecendo ponto algum onde os olhos possam se deter com satisfação. As ilhas são, como disse, extremamente chatas e tudo na paisagem parece ser nivelado (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 64-65).

As citações acima são “velhas” conhecidas dos historiadores, sendo, por isso, citadas desde diferentes perspectivas. Essas fontes permitem aos historiadores do presente fazer-lhes “novas” perguntas, onde a categoria meio ambiente seja a centralidade das investigações, na construção do conhecimento histórico.

⁹ Vale retomar as observações dos autores: “atrás das praias desertas e dos vastos campos de dunas esconde-se o maior complexo lagunar do mundo, formado pelas lagoas dos Patos e Mirim. A água da chuva de cinco bacias hidrográficas de parte do Rio Grande do Sul e do Uruguai é conduzida pelos rios até essas duas lagoas” (SEELIGER et al., 2004, p. 12).

¹⁰ Em outra passagem de seus registros, diz Saint-Hilaire: “nada mais triste que a posição do Rio Grande, visto como de todos os lados só se divisam areais, pântanos e água em todos os arredores nada há capaz de alegrar a vista, uma árvore sequer” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 65).

Para Drummond, a quarta característica deste campo, que está diretamente relacionada aos relatos supracitados, e “de importância especial para os historiadores que valorizam as fontes, é a *grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente*” (1991, p. 182 – grifo do autor). Em relação à diversidade das fontes, diz:

Os relatos de exploradores, viajantes e naturalistas europeus – também são muito usados – que percorrem todos os quadrantes do globo a partir do século XV são outra fonte fundamental da história ambiental. Os primeiros exploradores de um território, por exemplo, ansiavam por encontrar recursos naturais valiosos – para pagar as contas da viagem e agradar os seus soberanos – e prestavam atenção minuciosa a tudo que viam nas novas paisagens [...] Esses viajantes prestam muita atenção às dificuldades de implantação dos modos europeus de vida, com os quais estavam familiarizados. Alguns dão informes preciosos, mesmo que leigos, sobre aspectos naturais (fauna, flora, plantas cultivadas, paisagens etc.) e da vida cotidiana, como materiais de construção, comidas e roupas (DRUMMOND, 1991, p. 182-183).

A análise das narrativas dos diferentes atores sociais ao longo da história traz novas possibilidades de compreensão da *natureza da natureza*, tendo em vista a emergência das diferentes relações tecidas pelos grupos humanos no processo de geografização do espaço. Esse olhar retrospectivo traria evidências das relações entre a sociedade e a natureza, expressas pelas diferentes manifestações culturais, retroalimentando a problematização da dicotomia cultura-natureza.

Nesse sentido, a história ambiental contribui para alargar os horizontes de análise com a convergência e hibridização dos processos naturais e sociais, a partir da própria evolução da definição de cultura, abarcando as suas origens míticas, suas determinações ontológicas, suas tendências fáticas e suas resistências institucionais na construção do território (LEFF, 2005).

Ainda segundo Leff, a história ambiental poderia

ressarcir o esquecimento substantivo da natureza na história (apesar do fato de que a natureza sempre tenha sido referente de narrativas e produções estéticas), e em particular na concepção moderna de mundo e da produção material que desnaturaliza a natureza, que rompe suas inter-relações e ignora sua complexidade, convertendo-a em recurso natural (LEFF, 2005, p. 16).

Assim, a investigação da pressão antrópica sobre os ecossistemas, das manifestações culturais derivadas da transformação do meio natural em matéria-prima e das relações societárias derivadas e estruturantes da acessibilidade aos bens naturais, possibilitaria abarcar a complexidade das relações entre os seres humanos e o meio natural. A compreensão do meio ambiente enquanto matriz do meio social e do meio natural é fundamental para apreender tal complexidade, tendo em vista delimitar a apropriação e a fruição do meio natural pelos diferentes grupamentos humanos. Nessa direção, a história ambiental daria novamente centralidade à categoria meio ambiente, olvidada pela sociedade moderna em um processo de dominação do meio natural, característico do metabolismo societário ocidental.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao longo do texto procurou-se sustentar a argumentação de que a história ambiental constitui-se como um importante campo para a compreensão dos processos de construção do espaço e a delimitação de uma representação de meio natural. O estudo do *lugar* contribuiria para analisar as transformações operadas no ecossistema costeiro no processo de construção da paisagem e de configuração do espaço urbano, compreendidas como frutos da acessibilidade assimétrica aos bens naturais e às funcionalidades atribuídas a esta região.

Ainda assim, a própria construção do estatuto teórico-metodológico da história ambiental pode oferecer elementos para a investigação da história local, tendo em vista trazer novas possibilidades de problematização dos processos históricos, com a centralidade da categoria meio ambiente. As novas perguntas, dessa forma, trariam a historicidade dos processos contemporâneos e, ao mesmo tempo, novas leituras sobre o passado, em função da troca da lente em relação aos processos socioambientais pretéritos.

Por fim, vale ressaltar que a própria natureza da ocupação do espaço, do ordenamento territorial e da construção do espaço urbano na península, como desdobramentos das ações antrópicas operadas nesse ecossistema, permitem um vasto campo de investigação aos historiadores e demais pesquisadores, tendo em vista as especificidades da interação do município do Rio Grande no processo de inserção da economia local no cenário global, como construído desde a ocupação colonial e a sua consolidação a partir das últimas décadas do século XIX e ao longo do século XX.

FONTES E REFERÊNCIAS

- DRUMMOND, J. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- LEFF, E. Construindo a História Ambiental da América Latina. *Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, n. 13, p. 11-26, 2005.
- MARTINS, Solismar F. *A produção do espaço em uma cidade portuária através dos períodos de industrialização: o caso do município de Rio Grande/RS*. Florianópolis, 2004. Tese [Doutorado] – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- ODEBRECHT, C.; SEELIGER, U. (ed.). *O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações*. Rio Grande: FURG, 2010.
- ROSCIO, Francisco João. *Compendio noticioso do continente do Rio Grande de São Pedro*. Lisboa, – 1781.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1974.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.
- SEELIGER, Ulrich et al. *Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no Extremo Sul do Brasil*. Rio Grande: Ecoscientia, 2004.
- SEOANE, José; TADDEI, Emilio (org.). *Recolonización, bienes comunes de la naturaleza y alternativas desde los pueblos*. Publicação do Instituto de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e Grupo de Estudios sobre América Latina y Caribe – GEAL, 2010. Disponível em:
<http://www.ibase.br/userimages/liv_ibase_dialogo_web.pdf>.
- WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.